Projeto de Lei nº de 2019

(do Sr. WOLNEY QUEIROZ)

Altera o artigo 4º da Lei de 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (NR)

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idades;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Parágrafo único – Os materiais didáticos-escolares, previstos por programas da educação pública, deverão estar disponíveis no ambiente escolar e ser distribuídos aos alunos de modo tempestivo, no início do ano letivo ou em outro período adequado, a fim de garantir o desenvolvimento das atividades planejadas”.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei ora apresentado tem o objetivo de alterar o artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no sentido de reforçar a importância dos programas suplementares de material didático-escolar na etapa da educação básica.

De acordo com o inciso VIII, é dever do Estado, entre outras ações, garantir o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, ofertando material didático-escolar complementar às atividades desenvolvidas pela escola.

Além da educação básica, alunos do ensino fundamental e médio são beneficiados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Segundo relatório de fiscalização divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) publicado no dia 21 de março último, 43,81% dos estudantes não haviam recebido livros didáticos de 2019. O relatório ainda apontou que em 11,86% das unidades os livros e apostilas estavam armazenados em lugares inadequados, comprometendo a qualidade do material. Muitos desses materiais estavam dispostos diretamente em contato com o chão. A distribuição estava falha em 12,95% das escolas visitadas. Além disso, o número de pedidos não era o suficiente para atender todos os alunos matriculados

A visita surpreendeu 252 escolas de 215 municípios do Estado de São Paulo, do ensino básico ao médio, e envolveu 273 fiscais. Os livros escolares, a que se refere o relatório do

TCESP, são oferecidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), pelo Governo Federal, pela Educação Matemática nos Anos Iniciais (EMAI), e pelo Programa Ler e Escrever, do Governo do Estado de São Paulo.

Dessa forma, para evitar que problemas com material didático-escolar na rede pública de ensino sejam rotina no país, solicitamos o apoio dos nobres colegas para esta importante proposição.

Sala das Sessões, de 2019.

Deputado **WOLNEY QUEIROZ**
PDT - PE